

o[s] tempo[s] do[s] medi@

# ESTUDOS DO SÉCULO

# XX

número 7 . 2007

# Uma incursão no jornalismo português no Verão Quente de 1975

João Figueira

**João Figueira.** Mestre em Comunicação e Jornalismo da Universidade de Coimbra, Assistente convidado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Colaborador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20.

O jornalista português que amanheceu com a revolução de 25 de Abril de 1974 era homem, tinha mais de 45 anos, trabalhava predominantemente na imprensa escrita em órgãos de comunicação social sediados na Área Metropolitana de Lisboa e possuía como habilitações literárias o curso complementar dos liceus (actual 11º ano).<sup>1</sup> Este, o *retrato-robot* que é possível traçar dos cerca de 750<sup>2</sup> profissionais encartados que escreviam notícias no país com a mais baixa taxa de leitura de jornais da Europa e o maior índice de analfabetismo: 37 por cento, segundo dados da UNESCO.

Com o 25 de Abril e o fim da censura Portugal assiste-se, como já sucedera em 1821<sup>3</sup> (e um pouco ao longo de todo o século XIX: 1826, 1834, 1851) e na I República, à explosão de novos títulos e ao aumento em flecha do número de jornalistas. Em 1974 e no espaço de um ano surgem nas bancas oito novos semanários, dois diários, nove jornais partidários e mais de uma centena de variados tipos de publicações periódicas. Só em 1975 sindicalizam-se 157 novos jornalistas,<sup>4</sup> número que vai aumentar de forma exponencial nos anos seguintes. A ideia do jornalismo como “uma ocupação com pouco orgulho profissional, produzindo um produto medíocre e enfadonho”<sup>5</sup> que marcou o período do Estado Novo ganhava agora, fruto dos novos ventos que traziam a liberdade de expressão, um novo fôlego e uma nova forma de praticar a informação.

O antigo papel do jornalista circunscrito à função de “transcrever ou sumarizar discursos produzidos pelos departamentos e gabinetes ministeriais”<sup>6</sup>, o que assemelhava os diários das duas principais cidades, Lisboa e Porto, à “imprensa regional de outros países”,<sup>7</sup> altera-se subitamente. De um dia para o outro, passa a poder utilizar em pleno todas as capacidades de expressão do pensamento, sem necessidade de recorrer, como alguns fizeram antes, a formas cifradas de redacção de notícias.

Esse foi, com efeito, um dos expedientes a que vários jornalistas recorreram durante os 48 anos que durou a censura e em cujo período a maioria dos que fizeram informação nos primeiros anos a seguir ao 25 de Abril foi formada. Não obstante os fogachos

---

Este texto foi adaptado de um capítulo do livro do autor, *Os jornais como actores políticos. O Diário de Notícias, Expresso e Jornal Novo no Verão Quente de 1975*.

<sup>1</sup> Só a partir dos anos 80 do século passado é que se começou a estudar o perfil sócio-profissional do jornalista português. Daí que existam algumas lacunas relativamente a dados que seria interessante conhecer acerca do perfil dos jornalistas dos anos 60 e 70. Sobre esta questão pode, no entanto, consultar-se *Cadernos de Jornalismo 1, Jornalista português o que é?*, edição do Sindicato dos Jornalistas, Lisboa, Junho, 1994; GARCIA, Luís – “Principais tendências de evolução do universo dos jornalistas portugueses”. In: *Vértice*, 60, Maio-Junho, 1994; OLIVEIRA, José Paquete de – *Formas de censura oculta na imprensa escrita em Portugal no pós 25 de Abril (1974-1987)*. Lisboa, ISCTE, 1988, cap. IX, p. 359-414 (tese de doutoramento inédita).

<sup>2</sup> “Em Janeiro de 74, o Sindicato dos Jornalistas tinha 750 associados, dos quais 41 mulheres”, FRANÇA, Elisabete; MARQUES, Guiomar-Belo – *O acesso à profissão de jornalista*. Comunicação ao I Congresso dos Jornalistas Portugueses – conclusões, teses, documentos. Lisboa, Janeiro, 1982, p. 240.

<sup>3</sup> A 12 de Junho de 1821 é promulgado o decreto que põe fim à censura prévia. Resultado: surgem 39 títulos novos, quase oito vezes mais dos que antes existiam: cinco jornais, dois deles editados no Brasil, cf. CRATO, Nuño – *Comunicação social. A imprensa*. Lisboa, Editorial Presença, 1992, 4.ª edição, p. 191-194.

<sup>4</sup> FRANÇA, Elisabete e MARQUES, Guiomar Belo – *op. cit.*, p. 240.

<sup>5</sup> SEATON, Jean e PIMLOTT, Ben – “The Portuguese Media in Transition” In: MAXWELL, Kenneth – *The Press and the Rebirth of Iberian Democracy*. Connecticut, Greenwood Press, 1983, p. 98.

<sup>6</sup> Idem.

<sup>7</sup> Idem.

oposicionistas e de resistência que se iam fazendo sentir, como sucedeu quando da candidatura de Humberto Delgado, nas eleições presidenciais de 1958; nas páginas dos diários *República* e *Diário de Lisboa*; e em publicações regionais como o *Notícias da Amadora*, *Jornal do Fundão* (que chegou a ser suspenso) e no *Comércio do Funchal*, a verdade é que o cenário profissional dos jornalistas após décadas de censura era pouco animador. Mais: “a censura desvalorizara, duplamente, a profissão de jornalista (...), pelo que a 25 de Abril o estado moral da profissão não era o mais desejável. Sob Salazar e Caetano — escreve Mário Mesquita — alguns jornais e jornalistas resistiram, na medida das suas possibilidades e do espaço de livre expressão que lhes era concedido. Mas também houve quem se corrompesse. A maioria ficou pelo meio-termo — se é que o meio-termo existia ou existe. Isto é: acomodou-se, procurando não se aviltar”.<sup>8</sup>

À completa ausência de liberdade de expressão juntava-se, então, a escassez de formação e o pagamento de baixos salários, o que obrigava muitos jornalistas a acumular uma segunda ocupação. Ora, “não seria lícito esperar que, desta soma de fragilidade, emergisse, por qualquer fenómeno de magia revolucionária, uma consciência profissional capaz de conquistar para a comunicação social zonas de autonomia”<sup>9</sup>.

Luís Garcia, que analisou a mesma questão, reforça os argumentos de Mário Mesquita, ao afirmar que ela “caracterizava-se fundamentalmente pela ausência total do ensino e da formação em jornalismo e comunicação, pela completa inexistência de autonomia profissional e correlata habituação à censura, pelo baixo prestígio social dos jornalistas e pela incapacidade de criação, em tais condições, de um mínimo quadro comum de valores e paradigmas profissionais acerca do modo de desempenhar a função de informar num sistema pluralista de comunicação social integrado numa sociedade democrática”.<sup>10</sup>

É neste contexto profissional herdado do Estado Novo que se vai dar o alargamento e o rejuvenescimento da comunidade jornalística portuguesa. Porém, como salienta Mário Mesquita, “o acesso à profissão durante o período de 1974-1975 não alterou substancialmente a situação dos jornalistas no que se refere às respectivas habilitações académicas. Os critérios partidários sobrepuseram-se a qualquer referência de outro tipo. A admissão de novos jornalistas, regra geral, processou-se segundo os trâmites da militância política, relegando-se para segundo plano a perspectiva profissional”.<sup>11</sup> Panorama esse que vai ter uma influência decisiva no modo como a informação vai ser tratada nos primeiros anos após a Revolução e na forma de organização e de luta pelo controle dos próprios órgãos de comunicação social.

Em traços gerais, digamos que o pulsar da imprensa portuguesa apresentava duas batidas distintas. De um lado, os jornalistas criados no ambiente totalitário em que a

---

<sup>8</sup> MESQUITA, Mário — “Estratégias liberais e dirigistas na comunicação social de 1974-1975 da comissão Ad Hoc à Lei de Imprensa”. In: *Revista de Comunicação e linguagens*. Lisboa, Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens, 1988, número 8, p. 94.

<sup>9</sup> Idem, p. 95.

<sup>10</sup> GARCIA, Luís — “Principais Tendências de Evolução do Universo dos Jornalistas Portugueses”. In: *Vértice*. Lisboa, 60, Maio-Junho, 1994, p. 69.

<sup>11</sup> MESQUITA, Mário — “Os meios de Comunicação Social (O Universo dos Media entre 1974 e 1986)”. In: REIS, António (coord.) — *Portugal 20 Anos de Democracia*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p. 364.

“ditadura era o principal factor de impedimento do desenvolvimento desse processo de autonomia e profissionalização”,<sup>12</sup> como defende Rosa Maria Sobreira, e do outro a ideia que emergiu com a revolução, segundo a qual o jornalista era um profissional social e politicamente comprometido. Conceito este que, face ao enquadramento político e social da época, acabaria por ser determinante no modo como os jornalistas assumiram o desempenho e o exercício da sua função. Porque, recorda Mário Mesquita, “a visão então dominante era que jornalismo e política não tinham fronteiras”.<sup>13</sup>

É, portanto, à luz daquele pensamento que vamos passar a ver os jornais “carregados de ideologia”,<sup>14</sup> consequência do confronto político entre os “vencedores da Revolução”, na perspectiva de Mário Mesquita, para quem os anos de 1974-1975 foram palco de várias correntes: “Os herdeiros do antigo regime, que procuravam retardar o pleno dismantelamento dos mecanismos censórios (...), os defensores de teses revolucionárias e vanguardistas (...), e os partidários de concepções pluralistas do sistema de comunicação social (...)”<sup>15</sup>

Só assim se percebe porque é que “no período revolucionário de 1974-1975 muitos profissionais da comunicação social agiram, simultaneamente, como jornalistas e como militantes políticos, vivendo com dupla in experiência (jornalística e política), as condições provocadas por essa dualidade”, lembrava Mário Mesquita, no encerramento do colóquio, “O 25 de Abril Revisitado pelos Media Internacionais”<sup>16</sup>, afirmando por outras palavras aquilo que Raymond Aron dizia a propósito da impossível neutralidade jornalística: “Quando se escreve em jornais e sobre temas políticos não se consegue ficar de fora.

## 1. Uma deontologia revolucionária

Paralelamente, a deontologia profissional, que a generalidade dos países europeus ocidentais já possuía em forma de código, estava, ainda, em Portugal, por fazer o seu caminho. Só a 13 de Setembro de 1976, em assembleia geral extraordinária do Sindicato dos Jornalistas Portugueses, é que foi aprovado o primeiro código deontológico. A questão já tinha sido discutida anteriormente, ao ponto de uma comissão “*ad-hoc*” constituída pelos jornalistas Manuel da Silva Costa, Afonso Praça, Alfredo Barroso, Fernando Assis Pacheco e Luís Salgado Matos<sup>17</sup> ter apresentado um projecto de código deontológico, em Fevereiro de 1973.

Porém, como realça Sara Pina, “a Assembleia Geral de 12 de Fevereiro de 1973, que discutiu esse projecto, viria, no entanto, a suspender *sine die* a aprovação de um Código

---

<sup>12</sup> SOBREIRA, Rosa Maria – *Os jornalistas portugueses, uma profissão em construção – 1933-1974*. Tese de mestrado apresentada na Universidade Nova, Lisboa, 2001, p. 143 (inédita na altura da consulta).

<sup>13</sup> Cf. “A nostalgia da Universidade”, entrevista dada à revista *Autores*, da Sociedade Portuguesa de Autores, número 3, 2004, p. 18.

<sup>14</sup> Relatório do Conselho de Imprensa, “A Imprensa escrita em Portugal (Abril de 1974 a Julho de 1975)”, Lisboa, edição do Conselho de Imprensa, 1979, p. 101.

<sup>15</sup> MESQUITA, Mário – “Os meios de Comunicação Social”. *Op. cit.*, p. 360-361.

<sup>16</sup> MESQUITA, Mário, – “O Diálogo intercultural na área do jornalismo”. In: MESQUITA, Mário; REBELO, José – *O 25 de Abril nos Media Internacionais*. Lisboa, Edições Afrontamento, 1994, p. 269.

<sup>17</sup> PINA, Sara – *A Deontologia dos Jornalistas Portugueses*. Coimbra, Minerva Editora, 1997, p. 42.

Deontológico, considerando que a extinção do Exame Prévio/Censura era condição *sine qua non* para a responsabilização dos jornalistas e, pois, para a existência de um Código”,<sup>18</sup> cujo preâmbulo, recorda a mesma autora, “proclamava que a responsabilidade do jornalista, pressuposta na aprovação de normas deontológicas, *só existe quando e onde existir liberdade*”.<sup>19</sup>

Mais tarde, na sequência da Lei de Imprensa de 26 de Fevereiro de 1975, o Sindicato dos Jornalistas fica incumbido de, no prazo de 90 dias, elaborar um Código Deontológico. Independentemente da singularidade de ser o legislador a dizer e impor ao jornalista a obrigatoriedade de ele regular a sua actividade, o certo é que após discussão pública do projecto “elaborado por uma comissão constituída por cinco jornalistas (António Colaço, Torquato da Luz, Maria Antónia Palla, Fernanda Barão e José Andrade Santos)”,<sup>20</sup> o Código, após várias alterações, foi aprovado com 22 deveres.

“Respeitar e lutar pelo direito do Povo ser informado; esforçar-se por contribuir para a formação da consciência cívica e para o desenvolvimento da cultura e da capacidade crítica do povo português (...); respeitar os princípios fundamentais dos Direitos do Homem e contribuir para melhor conhecimento e maior compreensão entre os povos, na base dos princípios do direito das nações à autodeterminação e independência, da não ingerência nos assuntos internos, da igualdade e vantagens mútuas e da coexistência pacífica, jamais favorecendo a ideologia fascista, ódios raciais, étnicos, nacionais ou religiosos”<sup>21</sup> são alguns dos pontos do Código de 1976, claramente marcado pelo clima político e ideológico da época.

São bem visíveis, nesse documento, as impressões digitais do “jornalista revolucionário”, segundo a expressão de Mário Mesquita, que dominou ideologicamente a imprensa pós-25 de Abril. Porém, as circunstâncias históricas em que o Código foi produzido, depressa se revelaram ultrapassadas. “O Relatório e Contas da Gerência de 1978 do Sindicato dos Jornalistas falava já da necessidade de um novo Código Deontológico, uma vez que o actual se encontra desactualizado”.<sup>22</sup> Apesar desse sentimento, foi preciso esperar até 1993 para que os jornalistas portugueses aprovassem um novo Código, de 10 pontos, que ainda está em vigor.

É ao olhar para esse esforço de autonomia e afirmação consubstanciadas num novo documento que desideologiza as atitudes profissionais, ao mesmo tempo que se assiste a um notável aumento na qualidade de formação dos jornalistas, que Luís Garcia considera que “os jornalistas portugueses constituem um grupo ocupacional que tem procurado, na última década, transformar a sua actividade profissional numa profissão estabelecida, partilhando a vontade de afirmar o prestígio da profissão perante o público, conquistar maior autonomia no exercício da profissão relativamente ao governo e a outras instituições sociais, melhorar a formação profissional e o nível de escolaridade do conjunto dos jornalistas; em síntese, identificando-se com o esforço para conferir ao jornalismo um estatuto semelhante ao das profissões liberais estabelecidas”.<sup>23</sup>

---

<sup>18</sup> Idem, p. 43.

<sup>19</sup> Idem.

<sup>20</sup> Idem, p. 47.

<sup>21</sup> Idem, p. 137,138.

<sup>22</sup> Idem, p. 49.

<sup>23</sup> GARCIA, Luís – *op. cit.*, p. 73.

Esse caminho, que começou a ser calmamente percorrido a partir de finais da década de 1970, era impossível ser trilhado antes. Pela efervescência política, social e económica que o País inteiro viveu, sobretudo em 1974 e 1975, mas também tendo em conta o quadro organizacional das próprias empresas de comunicação social.

## 2. A imprensa como veículo ideológico antes de 1974

A censura e a conseqüente ausência de liberdade de expressão costumam ser, e bem, apontadas como as principais causas impeditivas do exercício de um jornalismo livre, responsável e actuante. Mas é preciso não desresponsabilizar os outros actores que contracenavam com os protagonistas políticos.

Se atendermos a que seis jornais de Lisboa e dois do Porto pertenciam a três donos (Champalimaud, Quina e Espírito Santo) e que “os seus métodos de produção eram antiquados e o quadro de pessoal exageradamente empolado”<sup>24</sup> sem preocupações, ao contrário do que se passava em outros países, como salientam Jean Seaton e Ben Pimlott, de os tornar rentáveis, isto remete-nos para uma situação muito singular, sobre a qual vale a pena determo-nos por alguns instantes.

Inversamente ao que se passava no estrangeiro, onde grandes empresas ou grupos económicos adquiriam órgãos de comunicação na perspectiva do lucro, gerindo-os como um negócio com objectivos definidos de rentabilidade,<sup>25</sup> em Portugal, alguns dos principais nomes que dominavam a Economia do País viam e produziam os jornais na perspectiva da influência. Porque “num mundo crescentemente incerto caracterizado por um regime cada vez mais pressionado, um jornal era uma vantagem política para qualquer monopólio dependente do seu relacionamento privilegiado com o governo”.<sup>26</sup>

No fundo, como refere Arons de Carvalho, “a utilização da imprensa como veículo publicitário e ideológico torna, até de certa forma, secundária a obtenção de receita. Para os grandes grupos económicos, o défice de um jornal só representa um efectivo prejuízo, se ele não desempenhar correctamente a sua função de transmissor da ideologia dominante e de adequado e eficaz meio publicitário”.<sup>27</sup> Por outras palavras, “a informação deixa de ser, de certa forma, uma técnica de formação da opinião pública, para se tornar cada vez mais nitidamente uma técnica de controle de opinião pública”.<sup>28</sup>

---

<sup>24</sup> SEATON, Jean; PIMLOTT, Ben – *op. cit.*, p. 96.

<sup>25</sup> “Na Alemanha Federal, o grupo Springer controla cerca de 30 por cento da Imprensa no País; na Grã-Bretanha, quatro grandes grupos (Beaverbook Newspapers, Associated Newspapers, Cecil King e Thompson) detinham em 1967 mais de 80 por cento da tiragem dos quotidianos nacionais e dos jornais de domingo; em França os grupos Prouvost (Paris-Match, Marie Claire, Figaro, etc) e Franpar-Hachette (France-Soir, Le Journal du Dimanche, France Dimanche, Elle, etc) são os principais potentados jornalísticos. Nos EUA, cinco proprietários controlam cerca de 60 por cento da produção jornalística”, CARVALHO, Arons de – *A censura à imprensa na época Marcelista*, citando um trabalho do espanhol MONTALBAN, M. Vasquez, Coimbra, Minerva Editora, 1999, p. 118.

<sup>26</sup> SEATON, Jean e PIMLOTT Ben – *op. cit.*, p. 96.

<sup>27</sup> CARVALHO, Arons de – *A Censura à Imprensa na Época Marcelista*, Coimbra, Minerva Editora, 1999, p. 118.

<sup>28</sup> Idem.



Francisco Pinto Balsemão, que foi fundar o *Expresso*<sup>29</sup> com os proventos conseguidos com a venda da sua participação no *Diário Popular* ao grupo Quina (Banco Borges & Irmão) por um preço que ele próprio classificou de “absurdamente elevado”,<sup>30</sup> olha para aquela época como um tempo em que a informação é “cada vez menos o que é transmitido e cada vez mais os meios usados na transmissão e as pessoas ou entidades que os manipulam”.<sup>31</sup>

É, portanto, dentro deste quadro de organização empresarial que a esmagadora maioria dos títulos vai chegar ao 25 de Abril de 1974. A que acresce, ainda, uma situação financeira grave por parte das empresas, “quer devido aos compromissos financeiros pelos vultuosos créditos bancários a que recorreram para renovação dos parques gráficos, quer pelo aumento crescente nos últimos anos, dos custos de papel de jornal, tintas e mão-de-obra”.<sup>32</sup> Os resultados financeiros do exercício de 1974 da generalidade dos jornais apresentavam um montante de prejuízos assinalável: “*O Século*: 143.232 contos; *A Capital*: 41.355; *Diário de Notícias*: 18.410 contos”<sup>33</sup>, para só citar três exemplos. Ano e meio mais tarde, a 31 de Dezembro de 1975, “as dívidas à Banca das empresas estatizadas editoras de jornais somavam um milhão, quinze mil duzentos e sessenta e um contos”.<sup>34</sup>

### 3. As trincheiras da informação

A abolição da censura e a consequente liberdade de expressão assumem-se como aspectos fundamentais do novo quadro político que emerge com o 25 de Abril de 1974. De tal modo que “no próprio dia 25 de Abril quando ainda não se confirmara a vitória do movimento militar, a maioria dos jornais não enviou provas à Censura”.<sup>35</sup>

Mas ao pluralismo de ideias e de informação, tão coarctado ao longo dos anos na história do jornalismo português,<sup>36</sup> “não correspondeu, frequentemente, uma desejável qualidade de informação. No entanto, deve assinalar-se que mesmo no aspecto qualitativo, a imprensa pós-25 de Abril nada tem a ver com a produzida antes da libertação”.<sup>37</sup>

A mudança do quadro político vigente, responsável pela nova forma de exercer o jornalismo, gera uma alteração profunda em toda a arquitectura directiva e administrativa das empresas jornalísticas. É verdade que as grandes transformações só se deram um ano depois, mas as primeiras reacções contra as pessoas que até então ocuparam os lugares de

---

<sup>29</sup> Semanário lançado a 6 de Janeiro de 1973, com uma linha editorial inspirada no modelo de jornalismo de referência britânico. Teve no seu início 17 accionistas que somavam um capital social de seis mil contos. Pinto Balsemão foi o primeiro director e, com uma quota de 3210 contos (53,5 por cento das acções), era também o seu principal proprietário, cf. CARVALHO, Arons – *op. cit.*, p. 121.

<sup>30</sup> SEATON, Jean; PIMLOTT Ben – *op. cit.*, p. 96.

<sup>31</sup> BALSEMÃO, Pinto – *Informar ou Dependere*. Lisboa, Ática, 1971, p. 18.

<sup>32</sup> Relatório do Conselho de Imprensa, *cit.*, p. 112.

<sup>33</sup> GUERRA, João Paulo – *Dossier comunicação social*. Lisboa, Edições Avante, 1981, p. 122.

<sup>34</sup> Relatório do Conselho de Imprensa, *cit.*, p. 113.

<sup>35</sup> *Idem*, p. 13.

<sup>36</sup> Vide sobre este tema, FRANCO, Graça – *A Censura à imprensa (1820-1974)*. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993; CARVALHO, Arons de – *A censura à imprensa na época marcelista*. Coimbra, Minerva, 1999; PRÍNCIPE, César – *Os segredos da censura*. Lisboa, Caminho, 1979; CRATO, Nuno – *Comunicação Social. A Imprensa*. Lisboa, Presença, 1992; BONIFÁCIO, M. Fátima – *A segunda ascensão e queda de Costa Cabral 1847-1851*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2002.

<sup>37</sup> Relatório do Conselho de Imprensa, *cit.*, p. 101.

chefia começaram a sentir-se e a ganhar expressão poucos dias após o 25 de Abril. “As empresas rapidamente se transformaram em campos de batalha entre facções rivais ou inimigas”<sup>38</sup>, sublinha Mário Mesquita, para quem os jornalistas, de um modo geral, “guinaram à esquerda, o que favoreceu, num primeiro momento, as correntes revolucionárias mais radicais”.<sup>39</sup>

Gradualmente, uma enorme onda de saneamentos varre a generalidade das redacções. “São raros os directores e mesmo os administradores que escapam aos saneamentos e, na maior parte das publicações, os proprietários começam a perder o controlo que até aí detinham sobre o respectivo conteúdo. São eleitas comissões de trabalhadores, conselhos de redacção e, através de organizações desse tipo, principiam os jornalistas e, em certos casos, outros trabalhadores a exercer uma influência determinante sobre o que é publicado, bem como a designarem os directores e os chefes de redacção”.<sup>40</sup>

O vespertino *A Capital*, seguido do *Diário Popular*, *Diário de Lisboa*, *Comércio do Porto*, *Vida Mundial* e *Diário de Notícias* protagonizam as primeiras alterações, enquanto *O Século* (entre 10 e 14 de Maio) e *Jornal do Comércio* (21 de Agosto e 6 de Outubro) iniciam as primeiras greves e reivindicações, e a *Época* acaba com o fim do regime, do qual fora uma espécie de órgão oficioso.<sup>41</sup>

Até às nacionalizações verificadas na sequência dos acontecimentos de 11 de Março de 1975, que vão reforçar a mudança da relação de forças, é notório o “progressivo controlo por parte dos trabalhadores da Informação na maior parte dos jornais diários e não diários de expansão nacional”.<sup>42</sup> E os poucos, como o *Expresso*, que passaram à margem desses processos, enfrentaram outros problemas, como foi o caso, “em 14 de Dezembro, do boicote dos ardinas à venda daquele jornal”,<sup>43</sup> por causa das respectivas margens de lucro nas vendas do semanário.

Porém, o clima de tensão que marcava o quotidiano da vida portuguesa em geral e da informação em particular, estava longe de se circunscrever às lutas internas dos diferentes jornais. A 31 de Julho de 1974, o Presidente da República, general António Spínola, decide punir o *Diário de Lisboa* e *A Capital* com dois dias de suspensão e o *República* com um dia. A justificação para tais medidas foi o relevo dado pelos jornais a uma manifestação da extrema-esquerda que criticou a continuação de operações militares portuguesas em África.

Mas as grandes transformações surgiram na sequência das movimentações militares de 11 de Março de 1975 que culminaram com o reforço das posições políticas de esquerda, desde logo expressas nas nacionalizações da Banca e dos Seguros, decretadas a 14 de Março. Daí resultou, directa ou indirectamente, a nacionalização de uma boa parte dos jornais de expansão nacional, uma vez as respectivas empresas pertencerem aos grupos económicos abrangidos por aquela medida governamental.<sup>44</sup>

<sup>38</sup> MESQUITA, Mário – “Estratégias liberais e dirigistas na comunicação social”. *Op. cit.*, p. 95.

<sup>39</sup> *Idem.*

<sup>40</sup> Relatório do Conselho de Imprensa, cit. p. 15.

<sup>41</sup> *Idem.*, p. 16-19.

<sup>42</sup> *Idem.*, p. 31.

<sup>43</sup> *Idem.*, p. 32.

<sup>44</sup> O Decreto-Lei n.º 132 A/75 nacionaliza as instituições bancárias e o Decreto-Lei n.º 135 A/75 as Companhias de Seguros. Estas medidas representam a primeira decisão do Conselho da Revolução, instituído nesse dia pela Lei n.º 5/75, e ao qual foram atribuídos poderes constituintes. Vide sobre os acontecimentos de

O sector público<sup>45</sup> passa, assim, a contar com os jornais *Diário Popular*, *Jornal do Comércio*, *Comércio do Porto* e *Record* (que pertenciam ao grupo do Banco Borges & Irmão); *O Século* e as publicações que lhe pertenciam: *Vida Mundial*, *Século Ilustrado*, *Jacto*, e *Modas e Bordados* (propriedade do Banco Intercontinental Português, de Jorge de Brito); e ainda *A Capital* (propriedade da Sociedade de Estudos e Gestão de Empresas constituída pelo agrupamento do Banco Espírito Santo, CUF, Tabaqueira, Sorel e firmas do grupo Borges & Irmão) e o *Diário de Lisboa*, embora este devido às elevadas dívidas à Banca (Pinto & Sotto Mayor) e também porque um terço do seu capital pertencia ao Banco Nacional Ultramarino. Antes de 25 de Abril de 1974, *Diário de Notícias*, *Mundo Desportivo*, *Vida Rural* e grande parte do capital do *Jornal de Notícias* já dependiam do Estado, por via da Caixa Geral de Depósitos que detinha a maioria do capital da Companhia Portugal e Colónias, dona daqueles títulos<sup>46</sup>.

Segundo o Relatório do Conselho de Imprensa que analisou este período, “nessa altura sobrevivem apenas como jornais diários privados o *Primeiro de Janeiro*, no Porto, e o *República*,<sup>47</sup> em Lisboa, além do *Diário de Coimbra*, *Correio do Minho*, *Diário do Minho*, *Diário do Sul*, *Notícias de Évora* e *Diário do Ribatejo*”<sup>48</sup>, mais os jornais editados na Madeira e nos Açores.

A luta pelo domínio e controle da informação, num país socialmente efervescente e confuso, é claramente assumida pelos diversos actores, sobretudo após o 11 de Março de 1975, à medida que o clima político vai subindo de temperatura.

De acordo com o Relatório do Conselho de Imprensa, “é sobretudo na primeira fase do período entre o 11 de Março e o 25 de Novembro que se acentua a influência e a manipulação partidária na imprensa, designadamente por elementos afectos ao Partido Comunista Português e a organizações de extrema-esquerda. A actuação de grupos ou de comissões de trabalhadores — acrescenta o mesmo documento que analisa a imprensa portuguesa entre 1974 e 1979 — foi o principal instrumento daquela influência ou manipulação partidária, agindo no mesmo sentido o alargamento drástico da intervenção estatal na maior parte da imprensa diária, na medida em que o próprio Estado também era influenciado pelas teses de forças comunistas. A informação estatizada (e alguma informação privada) caracterizou-se, nessa altura, por um tom monolítico e, em muitos casos, propagandístico”<sup>49</sup>, a que não foi alheio o facto de, gradualmente, as novas administrações e direcções dos jornais “completarem a tarefa das comissões de trabalhadores, no sentido de assegurarem o predomínio da corrente gonçalvista.”<sup>50</sup>

---

11 de Março, SANTOS, Boaventura de Sousa; CRUZEIRO, Maria Manuela; COIMBRA, Maria Natércia — *O Pulsar da Revolução, cronologia da revolução de 25 de Abril (1973-1976)*; CRUZEIRO, Maria Manuela — *Melo Antunes o sonhador pragmático*. Lisboa, Editorial Notícias, 2004, p. 175-201.

<sup>45</sup> “Os jornais nacionalizados totalizam um défice mensal de 43 mil contos, inteiramente cobertos por subsídios orçamentais”, FRÉMONTIER, Jacques — *Portugal — os pontos nos ii*. Lisboa, Moraes editores, 1976, p. 133.

<sup>46</sup> GUERRA, João Paulo — *op. cit.*, p. 38-39.

<sup>47</sup> Maxwell Kenneth salienta também esse aspecto: “Uma das raras excepções foi o vespertino lisboeta *República*, uma das poucas vozes críticas durante os longos anos da ditadura, propriedade de 3.500 pequenos accionistas e dirigido por Raúl Rego, um socialista de destaque” In: MAXWELL, Kenneth — *A construção da democracia em Portugal*. Lisboa, 1999, p. 132.

<sup>48</sup> Relatório do Conselho de Imprensa, *cit.*, p. 43.

<sup>49</sup> *Idem*, p. 41-42.

<sup>50</sup> MESQUITA, Mário — “Os meios de Comunicação Social”. *Op. cit.*, p. 368.

Foi um tempo marcado pelas “admissões inspiradas pela razão de partido”, segundo a expressão de Mário Mesquita,<sup>51</sup> para quem “a situação profissional dos jornalistas após quase 50 anos de censura, não era a mais adequada para assegurar uma resposta ajustada à conjuntura revolucionária.”<sup>52</sup> E não era, em seu entender, fruto dos seguintes factores: “A habituação à censura, que forçava a uma linguagem cifrada; a inexistência do ensino da comunicação ou de jornalismo; a ausência de homogeneidade (não apenas a nível político propriamente dito, mas no sentido de um mínimo de entendimento comum sobre o que é e como se pratica o jornalismo) nas equipas redactoriais herdadas do período anterior ao 25 de Abril.”<sup>53</sup>

Paralelamente, a luta pelo controlo na orientação de cada título ganhava um novo fôlego. “O plenário de trabalhadores transformou-se num órgão decisório de grande importância estratégica nas empresas jornalísticas, à semelhança do que sucedia noutros sectores empresariais”,<sup>54</sup> o que permitiu o protagonismo de outras profissões dos media, como os tipógrafos e os linotipistas, nas decisões dos destinos de alguns jornais.<sup>55</sup>

Mas estes não eram obra exclusiva dos que lá trabalhavam. “Políticos e militares merecem partilhar com eles as honras e as desonras da situação da Comunicação Social. Os especialistas em acção psicológica nas guerras de África fizeram jus a lugar de destaque, pela forma incompetente com que transferiram para a metrópole técnicas de condicionamento através dos media assimiladas no âmbito do combate às guerrilhas africanas”.<sup>56</sup>

Não se deve, no entanto, ver aquelas palavras como uma ideia ou tentativa para branquear as responsabilidades dos jornalistas na matéria. A quase unanimidade de directores e jornalistas quanto ao seu papel de protagonistas políticos, cavou como que duas trincheiras no espectro noticioso. De um lado o monolitismo imposto aos órgãos estatizados e, do outro, um sector da imprensa privada autónoma e muito interveniente, embora evidenciando em alguns casos o mesmo tom propagandístico dos órgãos estatizados.

“A actuação de determinados governantes (recorde-se o discurso de Almada do então Primeiro Ministro general Vasco Gonçalves) e a utilização de fortes meios de pressão, através da própria imprensa e de outros órgãos de comunicação, condicionariam, aliás,

---

<sup>51</sup> Idem, p. 364.

<sup>52</sup> Idem.

<sup>53</sup> Idem.

<sup>54</sup> Idem, p. 362.

<sup>55</sup> O caso mais emblemático, fruto da bipolarização política que começava a desenhar-se, é o do jornal *República*, em que a comissão de trabalhadores exige, a 19 de Maio de 1975, a demissão da direcção e da chefia de redacção, e anunciava que editaria o jornal sozinha, caso os jornalistas se recusassem a colaborar. Outro exemplo é o dos tipógrafos da *Mirandela e C<sup>a</sup>*, onde o *Jornal Novo* era composto, que discutiram durante horas, em plenário, a inserção de um comunicado do PS, onde este partido apontava para a possibilidade de um golpe de Estado liderado pelo PCP e grupos de extrema-esquerda. “Após prolongada deliberação chegaram a acordo quanto à publicação do jornal, desde que este inserisse uma moção em que a posição partidária dos trabalhadores ficasse expressa. Todavia, dada a hora tardia a que terminou este plenário a direcção do *Jornal Novo* foi forçada a desistir da edição (2 de Outubro) por entender que havia perdido oportunidade”, Relatório do Conselho de Imprensa, *cit.*, p. 60. No dia seguinte, o *Diário de Notícias* abordava o assunto com o seguinte título: “Frustrada uma edição do *Jornal Novo* que divulgava a posição do PS”, Relatório do Conselho de Imprensa, *op. cit.*, p. 60.

<sup>56</sup> MESQUITA, Mário – “Os meios de Comunicação Social”. *Op. cit.*, p. 364.

durante todo este período que culmina com os acontecimentos de 25 de Novembro de 1975, a actuação dos órgãos de informação escrita”.<sup>57</sup>

Longe dos “princípios da objectividade” e do “contraditório”, práticas hoje entronizadas no fazer jornalístico português, os jornais de 1974 e 1975 assumiam clara e frontalmente o respectivo campo de trabalho e de acção.<sup>58</sup> Mas foi nos títulos estatizados, escritos segundo o mesmo pensamento e orientação<sup>59</sup>, quer nos destaques, quer nos acontecimentos silenciados, que a manipulação — “pouco sofisticada”, na expressão do jornalista francês Jacques Frémontier — foi mais visível. “A 21 de Julho<sup>60</sup> de 1975 — escreve o enviado do *Humanité Dimanche*, e militante comunista - *O Século* não publica uma só linha na «primeira» sobre a enorme manifestação socialista de sábado à noite. A 8 de Agosto, o *Diário de Notícias* dá apenas um resumo do «documento dos Nove». Durante todo o Verão, os dois jornais empolam desmedidamente as moções de apoio a Vasco Gonçalves emanadas de organizações «populares» de representatividade por vezes duvidosa. Nem um nem outro se mostram mais credíveis ou mais honestos que os seus adversários reaccionários. A mediocridade profissional é igual nos dois campos...”<sup>61</sup>

A informação funcionava, naquele contexto, como uma arma ideológica “servida em bruto, mal digerida, tal como safa dos palácios governamentais, das sedes partidárias ou dos quartéis mais influenciados pelas doutrinas políticas”.<sup>62</sup> Os reparos feitos em Abril de 1975, por Jean-Paul Sartre, em conferência de imprensa,<sup>63</sup> referindo-se ao jornalismo que se praticava em Portugal e que lhe parecia tão pouco claro quanto panfletário, reflectia, afinal, a ideia e o objectivo “revolucionário” de agitação e mobilização populares que caracterizavam aqueles dias.

Em vez da explicação, da análise e do debate das questões, a imprensa recorria, sobretudo, “a processos como a prosa oratória e triunfalista, a repetição de chavões doutrinários, o silenciamento de acontecimentos relevantes, a transformação de boatos em notícias...”<sup>64</sup>

---

<sup>57</sup> Relatório do Conselho de Imprensa, *cit.*, p. 44.

<sup>58</sup> O *Jornal Novo*, propriedade de uma dezena de investidores privados, esclarecia no estatuto Editorial do seu primeiro número, a 17 de Abril de 1975, que surgia “para participar na construção da democracia (...) de sentido socializante (...)” e que “não sendo um jornal partidário apoia as forças progressistas(...)”. No mesmo número, mas na edição do Porto, o seu director, Artur Portela Filho, termina o editorial com uma proclamação: “Pela defesa, pela afirmação, pela criatividade da Revolução Portuguesa”. O empenhamento político dos jornalistas reflecte-se, ainda, no facto de três elementos da redacção do *Jornal Novo* (Mário Mesquita e António José Ribeiro, pelo PS, e Alfredo Alexandre, pela Liga Comunista Internacionalista) terem sido candidatos à Assembleia Constituinte, nas eleições de 1975. Apenas o primeiro, coordenador da secção Nacional, colocado em sétimo lugar na lista liderada por Mário Soares, foi eleito.

<sup>59</sup> Em Agosto de 1975, 24 jornalistas do *Diário de Notícias* foram saneados em plenário de trabalhadores, por criticarem a orientação ideológica do jornal que, em seu entender, favorecia sistematicamente as posições do PCP. Nem o facto de o Sindicato dos Jornalistas e do Conselho de Imprensa se terem manifestado contra tal decisão levou à reintegração dos jornalistas, os quais, mais tarde, vão estar ligados à criação de um jornal de direita, *O Dia*.

<sup>60</sup> A tradução portuguesa do livro de Jacques Frémontier, que aqui referimos, tem um lapso que corrigimos na citação: a manifestação foi em Julho e não em Junho, como erradamente consta no livro.

<sup>61</sup> FREMONTIER, Jacques, — *op. cit.*, p. 136.

<sup>62</sup> MESQUITA, Mário — “Os meios de Comunicação Social”. *Op. cit.*, p. 363.

<sup>63</sup> As afirmações do filósofo francês estão transcritas nas edições de 5 de Abril de 1975 do semanário *Expresso* e do vespertino *A Capital*: “A imprensa portuguesa (...) não explica nada. Não explica, por exemplo, o que significa uma ocupação, o que é uma autogestão, o que foi o 11 de Marco (...)”.

<sup>64</sup> MESQUITA, Mário — “Os meios de Comunicação Social”. *Op. cit.*, p. 364.

#### 4. Só há partidos revolucionários

Escrevíamos há pouco, citando Mário Mesquita, que os jornalistas e, por extensão, a informação produzida após 25 de Abril de 1974, guinara à esquerda. Em Portugal, até finais de 1975, altura que marca o fim do PREC, ser de direita “é ser reaccionário, é pertencer de algum modo ao regime ditatorial acabado de derrubar e estar associado às suas imagens de marca negativas: a PIDE, o aparelho repressivo, a guerra colonial, a oligarquia de algumas famílias”.<sup>65</sup> Assim se explica, como realça a este respeito Pedro Diniz de Sousa, que “nenhum partido com aspirações a ganhar peso eleitoral se assume de direita, a não ser os movimentos mais radicais, de resto clandestinos e exprimindo-se na linguagem da violência”.<sup>66</sup>

A ordem política emergente transporta consigo todo um vocabulário novo adaptado às novas circunstâncias, o mesmo é dizer implicado com o clima e o movimento social dominante, cuja lógica condiciona os principais actores da cena pública que não têm outro remédio senão aceitar tal dinâmica e dar-lhe o devido enquadramento legal.

“Comissões de moradores, comissões de trabalhadores à margem dos sindicatos, assembleias de trabalhadores, direcções colectivas de empresas, cooperativas agrícolas, universidades e liceus literalmente expulsam os titulares do poder, como patrões, latifundiários, senhorios, directores e tomam em mãos os processos de gestão, em nome da revolução socialista e da defesa dos mais desfavorecidos”.<sup>67</sup>

Os partidos aceitavam e jogavam com esta realidade, incluindo aqueles que estavam longe de perfilhar os ideais mais à esquerda. É, pois, à luz desta lógica de funcionamento que teremos de enquadrar o programa do PPD, aprovado no I Congresso Nacional realizado em Lisboa, nos dias 23 e 24 de Novembro de 1974, em que sustentava que a “liberdade, igualdade e solidariedade são os grandes ideais do socialismo e realizam-se na democracia. Não há verdadeira democracia sem socialismo, nem socialismo autêntico sem democracia”<sup>68</sup>, doutrinava o mesmo documento, para cujos subscritores do partido fundado por Francisco Balsemão, Sá Carneiro e Magalhães Mota, “o capitalismo multiplicou por toda a parte as desigualdades, a dependência económica e política, a alienação e a desagregação sociais. E ameaça o futuro da Humanidade através do rápido esgotamento dos recursos naturais, da destruição da natureza e da poluição do ambiente”.<sup>69</sup>

Mais à direita, o CDS de Freitas do Amaral e Amaro da Costa defendia a “nacionalização ou rigoroso controlo pelo Estado dos sectores da economia não sujeitos à lei da concorrência nacional ou internacional”<sup>70</sup>, ao mesmo tempo que apontava para a instauração de “uma economia social de mercado como base fundamental e mais eficaz do nosso desenvolvimento acelerado”.<sup>71</sup>

---

<sup>65</sup> SOUSA, Pedro Diniz de – *A dramatização na imprensa do “PREC”*. Coimbra, Minerva, 2003, p. 16.

<sup>66</sup> *Idem*.

<sup>67</sup> *Idem*, p. 17.

<sup>68</sup> Programa do PPD, Lisboa, Novembro, 1974, p. 13 (acessível a consulta no Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra).

<sup>69</sup> *Idem*, p. 15.

<sup>70</sup> Programa do CDS, 1975, p. 19, ponto 150 (acessível a consulta no Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra).

<sup>71</sup> *Idem*, p. 5.

É neste contexto que os partidos desenvolvem a sua acção e o processo revolucionário se desenrola, seguindo o princípio dialéctico da necessidade de visibilidade recíproca. Se “para existir o processo revolucionário precisa de ser visível aos olhos da sociedade que o sancionará – sublinha Pedro Diniz de Sousa – também a ideologia que sustenta esse processo precisa de ser visível, sob pena de ele fracassar”.<sup>72</sup>

Não foi apenas, como se vê, o jornalismo que mudou profundamente na forma e no tom. Os próprios protagonistas da vida pública, neste caso os dois principais partidos situados à direita do PS, com assento parlamentar, alteraram, igualmente, de modo substancial, o conteúdo de algumas das suas posições. Os ventos transformadores da História, que mudaram da noite para o dia o léxico e o vocabulário dos portugueses, influenciaram tanto a informação como a doutrina partidária.

Não admira, portanto, que a Constituição de 1976 afirmasse logo a abrir que “Portugal é uma república soberana (...) e empenhada na sua transformação numa sociedade sem classes”,<sup>73</sup> consequência da visão ideológica dominante: PS (117 deputados), PPD (80),<sup>74</sup> PCP (30), CDS (16), MDP (5), UDP (1) e Representante dos Interesses de Macau (1).

## 5. A revolução portuguesa na imprensa estrangeira

A imprensa estrangeira, por seu lado, descobria um País onde, finalmente, acontecia algo interessante para contar: “Portugal, antes da Revolução, assemelhava-se a um cemitério informativo”.<sup>75</sup> Porém, mal foram abertas “as portas que Abril abriu”<sup>76</sup>, Portugal, olhado pelos que chegavam de fora, “assumia contornos de um país exótico”, segundo Hans Hubner, que tinha “a sensação de presenciar um *carnaval revolucionário*”<sup>77</sup>. Não foi o único. O jovem jornalista de *Le Monde*, Dominique Pouchin, recordou, anos mais tarde, que “as imagens de Portugal em 1974/75 pouco mais faziam do que reflectir o que se dizia no Rossio e o que se teatralizava diariamente nas manifestações. Porque esta Revolução foi sobretudo verbalista e teatral”<sup>78</sup>.

Para a imprensa estrangeira, os acontecimentos em Portugal ora traziam à espuma dos dias “num revivalismo a todos os títulos extraordinário, os clássicos debates sobre a vanguarda, o vanguardismo, o populismo, o sindicato como correia de transmissão do partido, o sindicato único ligado ao partido, a liberdade de imprensa, as liberdades reais

---

<sup>72</sup> SOUSA, Pedro Diniz de – *op. cit.*, p. 15.

<sup>73</sup> Artigo 1 da Constituição de 1976, aprovada a 2 de Abril, com seis votos contra, do CDS. Sá Machado (CDS) apresentou uma proposta alternativa para que em vez da expressão “abrir caminho para uma sociedade sem classes” se escrevesse “abrir caminho para uma sociedade socialista”. O artigo 1 mereceu, também, a oposição do PPD, não porque fosse contra a formulação em si, “mas porque o debate mostrou que se trata de uma expressão que amarra o artigo 1 à *mundividência marxista*.”

<sup>74</sup> 17 dos deputados eleitos pelo PPD desligaram-se do partido em Dezembro de 1975, tendo terminado o mandato como independentes.

<sup>75</sup> HUBNER, Hans – “O delírio da informação”. In: MESQUITA, Mário; REBELO, José (orgs.) – *O 25 de Abril nos media internacionais*. Porto, Edições Afrontamento, 1994, p. 197.

<sup>76</sup> Nome de um longo poema épico escrito no Verão de 1975 por Ary dos Santos, que celebra a vitória dos camponeses e operários face ao poder financeiro e dos latifundiários, em Portugal.

<sup>77</sup> HUBNER, Hans – *op. cit.*, p. 198.

<sup>78</sup> POUCHIN, Dominique – “O último teatro leninista”. In: MESQUITA, Mário; REBELO, José (orgs.) – *O 25 de Abril nos media internacionais*. Porto, Edições Afrontamento, 1994, p. 179.

e as liberdades formais”,<sup>79</sup> ora “dramatizavam os acontecimentos”, como sublinha o alemão Werner Herzog, “dizendo que os *grupos de vigilância* procuravam evitar que entrassem *fascistas* na cidade. A realidade era, talvez, menos dramática”.<sup>80</sup>

Mas o dramatismo da escrita e das palavras era o alimento do teatro de rua em que Portugal vivia, para voltar à expressão de Pouchin. Daí que “no outro sector, largamente maioritário, que englobava as agências e os jornais ligados aos grandes interesses económicos e financeiros, ao Mercado Comum e à NATO, a dramatização não era menor. As agências noticiosas exageravam, evocando constantemente o perigo comunista. Dado que as suas notícias chegavam às redacções do mundo inteiro, julgava-se, lá fora, que se vivia num clima de confrontação permanente, com acções armadas nas ruas de Lisboa”.<sup>81</sup>

Na memória fresca da conjuntura internacional baila uma diversidade de movimentos de esquerda, de que os acontecimentos de Portugal são herdeiros inesperados. E tudo isto, lembra Werner Herzog, num cenário em que “os jornalistas estrangeiros estavam quase todos mal preparados para abordar a situação portuguesa”.<sup>82</sup> O bruá diário das ruas, com as suas palavras de ordem gritadas ao sabor do momento, acabou, muitas vezes, por contagiar os enviados especiais à revolução portuguesa. Era, ainda, explica Ramon Font, “a fase da emoção que a maioria dos jornalistas espanhóis seguiu com entusiasmo e, mesmo, alguma cumplicidade. Raros eram os que levantavam dúvidas”.<sup>83</sup>

O clima era mais de acção que de reflexão. A liberdade recentemente conquistada era usada, gasta e desbaratada consoante a euforia e as forças de cada um. Um dia, há uma manifestação para cobrir. “O único carro disponível no RCP (Rádio Clube Português) era um Mercedes do sr. Botelho Moniz, o patrão que já não mandava. Tivemos então de decidir se íamos ou não de Mercedes para a manifestação. Circular em Mercedes caía mal naqueles tempos de austeridade. Concluímos, no entanto, que a reportagem compensava largamente os eventuais equívocos. Somos recebidos com palmas. Digam lá como é que eu, jornalista, poderia fazer uma reportagem independente, objectiva, de uma manifestação onde me aplaudiam? Como seria possível não passar, de imediato, para o lado de quem me aplaude? Todo o processo do 25 de Abril foi um pouco isso”.<sup>84</sup>

## 6. Domínio comunista da imprensa é um mito?

“Os media são persuasivos? Ou são apenas a ferramenta da classe que os controla e que apenas os usa na concretização dos seus próprios objectivos?”.<sup>85</sup> A pergunta, recor-

<sup>79</sup> Idem, p. 181.

<sup>80</sup> HERZOG, Werner – “A dramatização das agências noticiosas”. In: MESQUITA, Mário; REBELO, José (orgs.) – *O 25 de Abril nos media internacionais*. Porto, Edições Afrontamento, 1994, p. 186.

<sup>81</sup> Idem.

<sup>82</sup> Idem, p. 185. Herzog justifica a sua afirmação com esta pergunta: “Quem, de entre nós, tinha estudado a história, a sociologia, a economia e a política portuguesas?”.

<sup>83</sup> FONT, Ramon – “Singularidades portuguesas”. In: MESQUITA, Mário; REBELO, José (orgs.) – *O 25 de Abril nos media internacionais*. Porto, Edições Afrontamento, 1994, p. 199.

<sup>84</sup> Testemunho de Adelino Gomes (jornalista que entre o 25 de Abril de 1974 e Novembro de 1975 trabalhou no Rádio Clube Português e depois na Televisão) durante o debate, In: MESQUITA, Mário; REBELO, José (orgs.) – *O 25 de Abril nos media internacionais*. Porto, Edições Afrontamento, 1994, p. 215.

<sup>85</sup> PIMLOTT, Ben; SEATON, Jean – “Political power and the portuguese media”. Intervenção na International conference group on modern Portugal, Durham, Junho 1979, edição fotocopiada (acessível a consulta no Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra).



rente, ganha especial acuidade sempre que se tenta abordar o peso e a influência da imprensa portuguesa durante os anos de 1974 e 1975, designadamente no que toca aos resultados das eleições para a Assembleia Constituinte e eleições legislativas de 1976.

A política está em toda a parte: nas ruas, nas empresas, nas escolas e universidades, nos quartéis e, naturalmente, nas sedes partidárias. Marx e Lenin e lideram as listas dos autores mais vendidos nas livrarias e só as filas para comprar bilhetes para o *Último Tango em Paris* (proibido antes de Abril de 1974) rivalizam com as multidões que enchem as ruas e praças das cidades em permanente manifestação.

No espaço de um ano e meio o País assiste à tomada de posse de seis Governos, à fuga para o estrangeiro do general António Spínola (que não chegou a completar um ano como Presidente da República) e a oito dias de “greve” governativa,<sup>86</sup> resultado do clima de agitação política e social em que Portugal respira. Inevitavelmente, os jornais, com tiragens que hoje fariam as delícias da maioria das empresas, vivem também internamente as mudanças da época, ao mesmo tempo que enchem as suas páginas de conflitos e polémicas – “É a radicalização da imprensa, rádio e televisão que lidera as movimentações revolucionárias, ou apenas as reflecte?”<sup>87</sup>, perguntam Pimlott e Seaton, referindo-se ao mesmo quotidiano agitado de 1975 que tanto preocupava o senador norte-americano James Buckley: “Não há nada a acontecer no mundo – nem no Sudeste asiático, nem mesmo no Médio Oriente – que tenha metade da importância e seja mais ameaçador que o avanço comunista para o poder em Portugal”<sup>88</sup>.

Ao nível da imprensa, esse “avanço comunista — afirma Jacques Frémontier — circunscrevia-se a três jornais: *Diário de Notícias*, *O Século* e *Diário de Lisboa*, totalizando uma tiragem aproximada de 180 mil exemplares”.<sup>89</sup> Porém, sustenta o mesmo autor e jornalista<sup>90</sup> que esteve em Portugal após o 25 de Abril, “a imprensa não comunista mantém-se maioritária na capital: um jornal da tarde, o *Jornal Novo* (à roda de 60 mil exemplares de tiragem), defende posições próximas do grupo dos Nove; *República* (que desce para uns 20 mil) alia-se ao esquerdista e atira-se ao P.C., *A Capital* (70 mil) hesita entre os seus princípios de neutralidade e as suas simpatias pela extrema-esquerda (mas certamente não pelos comunistas!); o *Diário Popular* (80 mil) é um jornal à maneira do *France-Soir*, pouco suspeito de tentações revolucionárias...O título do *Jornal do Comércio* diz suficientemente que não se trata de um órgão subversivo. Tiragem total dos «não

---

<sup>86</sup> A 20 de Novembro de 1975, o VI Governo decide, em Conselho de Ministros, suspender a acção governativa com a explicação de que não estavam asseguradas as condições necessárias para garantir a sua normal operacionalidade. O Governo retoma a actividade oito dias depois. Vide, REIS, António – “O processo de democratização”. In: *Portugal 20 anos de democracia*, cit., p. 19-89.

<sup>87</sup> PIMLOTT, Ben; SEATON, Jean – “Political power and the portuguese media”. *Op. cit.*

<sup>88</sup> MAXWELL, Kenneth – *A construção da democracia em Portugal*. Lisboa, Editorial Presença, 1999, p. 128.

<sup>89</sup> FREMONTIER, Jacques – *op. cit.*, p. 134.

<sup>90</sup> Jacques Frémontier, militante comunista e enviado a Portugal ao serviço do *Humanité Dimanche*, opõe-se à ideia de o PCP ter dominado a informação, em Portugal, até ao 25 de Novembro de 1975. Baseando a sua opinião no número de militantes comunistas declarados nas diversas redacções (incluindo rádio e televisão), na circulação dos diversos títulos e nas entrevistas que fez com directores e chefes-de-redacção de alguns jornais, Frémontier apresenta uma versão dos acontecimentos que reforça a ideia da necessidade de se estudar mais a informação produzida durante esse período e o respectivo contexto em que ela era realizada. No âmbito deste trabalho, interessa, sobretudo, destacar a ideia de que a par da versão dos acontecimentos construída pelos vencedores do 25 de Novembro de 1975, existe uma outra que é impossível ignorar.

comunistas»: 240 mil a 250 mil exemplares... Um mês mais tarde, em Agosto, com Vasco Gonçalves ainda à frente do Governo e Correia Jesuino no ministério da Comunicação Social, os comunistas continuam a ser acusados pela direita de exercer a sua «ditadura», quando dois novos jornais aparecem em Lisboa: *A Luta*, criada por Raul Rego e toda a equipa socialista do *República*, torna-se rapidamente – com mais de cem mil exemplares – o primeiro jornal de Portugal”.<sup>91</sup> O outro jornal a que Frémontier se refere é a passagem a diário vespertino do *Luta Popular*, órgão oficial do MRPP, partido da extrema-esquerda, que mais combateu o PCP.

Portugal não tinha, então, aquilo a que se chama de “imprensa nacional”, como apontam, no estudo que fizeram, Jean Seaton e Ben Pimlott, onde sublinham que “os principais diários lisboetas (*Diário de Notícias*, *Diário Popular*, *O Diário*”, *Diário de Lisboa* e *A Capital*) não têm um número significativo de leitores fora do sul”.<sup>92</sup> O mesmo pensa Frémontier, que, tal como os investigadores britânicos, realça a presença e a superior influência de três títulos no Norte do País, em especial na zona do Porto: O *Comércio do Porto* e o *Primeiro de Janeiro* pendem nitidamente para a direita, enquanto o *Jornal de Notícias* manifesta simpatias pelo PS. Nas pequenas vilas, a Igreja, a direita ou o PS controlam praticamente todos os jornais locais (salvo no Alentejo, fortaleza do PCP).<sup>94</sup> Acresce, ainda, escreve o jornalista francês, que “o maior semanário de Portugal – de longe! – o *Expresso* (110 mil em Julho, 130 mil em Outubro), dirigido por um deputado do PPD faz uma guerra sem tréguas contra o PCP”.<sup>95</sup>

Pelo meio, o País foi duas vezes às urnas. A 25 de Abril de 1975 para eleger os deputados à Assembleia Constituinte e um ano depois, no mesmo dia, para participar nas primeiras eleições legislativas, de onde saiu o primeiro Governo Constitucional. Em ambos os actos saiu vencedor o PS, ficando o PPD em segundo lugar. O PCP foi o terceiro partido mais votado em 1975, trocando em 1976 com o CDS, que ficara em quarto lugar.<sup>96</sup>

## 7. Os efeitos limitados da imprensa

Diante destes resultados eleitorais, que persuasão, que nível de influência tiveram os jornais junto dos cidadãos? À luz do pensamento de Frémontier, tais números desmon-

<sup>91</sup> FREMONTIER, Jacques – *op. cit.*, p. 134.

<sup>92</sup> Este jornal é posterior ao 25 de Novembro de 1975 (o primeiro número sai a 10 de Janeiro de 1976) e é o principal veículo das posições do PCP. De resto, quase todos os seus jornalistas, muitos deles saneados de outros órgãos, são militantes comunistas, a começar pelo seu director, Miguel Urbano Rodrigues, que fora chefe de redacção do *Avante*, órgão oficial do PCP.

<sup>93</sup> SEATON, Jean; PIMLOTT, Ben – “The Portuguese media in transition”. *Op. cit.*, p. 110.

<sup>94</sup> FREMONTIER, Jacques – *op. cit.*, p. 134.

<sup>95</sup> Idem.

<sup>96</sup> Foram os seguintes os principais resultados para a Assembleia Constituinte, em que votou 91% do eleitorado: PS (37,87% - 116 deputados eleitos), PPD (26,39% - 81 deputados), PCP (12,46% - 30 deputados), CDS (7,61% - 16 deputados), MDP (4,14% - 5 deputados), UDP (0,79% - 1 deputado), Associação Para a Defesa dos Interesses de Macau (1 deputado). Votos nulos e brancos (6,94%). No ano seguinte, as legislativas ficaram assim ordenadas: PS (34,97% - 106 deputados), PPD (24,02% - 71), CDS (15,91% - 41), PCP (14,56% - 40), UDP (1,69% - 1), FSP (0,78%), MRPP (0,67%), PPM (0, 52%), MES (0, 58%), PDC (0, 52%), LCI (0,30%), PCPml(0,29%), AOC (0,29%), PRT (0,10%). Estes resultados não incluem os votos do círculo da emigração, REIS, António – “O Processo de democratização”. In: *Portugal, 20 anos de democracia. Cit.*, p. 36-37.

tam o argumento da manipulação e instrumentalização da imprensa pelo PCP, partido claramente derrotado nas duas eleições.

Mário Mesquita interpreta a mesma realidade de maneira muito diferente: “As grandes campanhas desencadeadas pelo poder revolucionário, através dos *media*, saldaram-se em rotundos fracassos. Mantiveram um certo grau de desestabilização e de incerteza psicológica no País, animaram acções localizadas, mas o feitiço voltou-se contra o feiticeiro. (...) O uso da comunicação social pelas forças revolucionárias, em 1974-75, saldou-se por um efeito de ricochete. A tentação do monolitismo não compensou. Pelo contrário, voltou-se contra quem o tentou implantar”.<sup>97</sup>

Jean Seaton e Ben Pimlott apresentam um terceiro olhar sobre a questão: o efeito limitado dos *media* na opinião pública. “Portugal revela dados pouco usuais na Europa Ocidental, mas há razões especiais que explicam por que é que os *media* influenciam menos a opinião pública, em Portugal, que nos outros países”.<sup>98</sup> Os dois investigadores, especialistas em estudos sobre Comunicação Social, apontam a questão da credibilidade como um dos factores que explicam aquele fenómeno: “O público leitor não tem motivos para acreditar em jornalistas que, no espaço de poucos meses, mudaram de jornais fascistas para jornais comunistas”.<sup>99</sup>

Mas a razão de fundo para a escassa influência da imprensa na opinião pública encontra-se, a meu ver, na baixa percentagem de leitura de jornais, não obstante o País ter registado, naquele período, a sua “idade de ouro” no que toca às tiragens. É óbvio: se as pessoas não estão expostas à informação veiculada pela imprensa, é muito difícil esta poder exercer a sua influência ou, inclusivamente, desencadear atitudes de reacção relativamente à informação que produz.

Isto mesmo consideram, no seu estudo, Seaton e Pimlott que citam uma sondagem realizada pela Norma, em Novembro e Dezembro de 1976, junto de 5.805 adultos. “Em resposta à pergunta *que diário (matutino ou vespertino) leu ou folheou nos últimos 30 dias?*, apenas 29,6 por cento respondeu, e esta pequena percentagem estava concentrada na Grande Lisboa e no Grande Porto. No resto do País, apenas uma pessoa em cada cinco foi capaz de dizer o nome de um jornal que tenha visto no mês anterior”.<sup>100</sup>

Portugal detinha, então, segundo números oficiais, um recorde europeu indesejável: 30 leitores por mil habitantes.<sup>101</sup> O que leva a centrar a questão sobre o papel da rádio e da televisão durante o chamado PREC, embora essa abordagem esteja fora do campo de análise do presente trabalho. Apesar disso, tem todo o sentido, ainda que sumariamente, deixar aqui um esboço do espectro audio-visual, onde, tal como na imprensa, as convulsões também marcaram presença e os comunistas foram acusados de, igualmente, tentarem monopolizar a informação.

---

<sup>97</sup> MESQUITA, Mário – *op. cit.*, p. 365.

<sup>98</sup> SEANTON, Jean; PIMLOTT, Bem – “The portuguese media in transition”. In: *Op. cit.*, p. 108.

<sup>99</sup> *Idem.*

<sup>100</sup> *Idem.*

<sup>101</sup> A elevada taxa de analfabetismo (37% segundo dados da UNESCO), a ausência de hábitos de leitura e o baixo nível médio de escolaridade explicam o fraco consumo de jornais, em Portugal. Cujas circulações, todavia, entre 1974-1975, foi a mais alta de sempre. De tal modo que em 1982, o conjunto das tiragens dos diários era inferior 40 por cento à época do 25 de Abril de 1974.

## 8. As lutas hertzianas

No Rádio Clube Português, a principal estação comercial, tudo era discutido em plenário de trabalhadores. Adelino Gomes, que integrava a redacção, destaca uma dessas votações. “Impunha-se, obviamente, difundir os comunicados das forças militares e políticas no poder: do MFA, do PCP, do PS, do PPD. Mas a questão de fundo era: e à direita deles? E à esquerda deles? Dividimo-nos, então, em quatro grupos: os que entendiam que não se devia publicar nenhum comunicado de organizações situadas à esquerda do PCP; os que recusavam divulgar posições à direita do PPD; os que excluía tudo quanto ultrapassasse o PCP, à esquerda, ou o PPD<sup>102</sup> à direita; e os que achavam que era preciso encontrar uma solução operativa. Na ausência de consenso instituímos uma liberdade oligárquica, isto é, cada jornalista no seu turno seria soberano e faria os noticiários conforme o seu critério”.<sup>103</sup>

O mesmo jornalista interroga-se, ainda, sobre o tipo de informação que faziam no RCP, tendo em conta que se tratava de um “emissor que funcionava 24 horas por dia como posto de comando do MFA”.<sup>104</sup> Porém, garante que “nunca vivi um período tão livre, em que sucediam situações tão espantosas como a que vou relatar. Na redacção éramos 15 jornalistas, dos quais três do PCP, talvez mais intervenientes que os restantes. Ao ponto de o RCP começar a ser identificado com esse partido. Pensámos nós, os outros doze, que era preciso chamar a atenção dos ouvintes para estarem atentos a alguns noticiários. Fui encarregado de redigir o respectivo comunicado que num sábado, à uma da tarde, mandei para o ar, de hora a hora. Explicávamos que havia um cerco do PCP, mas que toda a gente tinha o direito de se expressar. Ao fim de dois noticiários, um desses três jornalistas do PCP veio ter comigo e disse-me: *«mas que liberdade é esta, nós queremos responder a esse comunicado porque discordamos daquilo que estão a dizer; a questão não está colocada de forma correcta»*. Respondi-lhe que tinham todo o direito de responder e, a partir daí, passou a difundir-se o comunicado dos doze e a resposta dos três. E assim permanecemos até às oito horas da noite”.<sup>105</sup>

Na Emissora Nacional, de acordo com o depoimento do locutor e militante do PCP, Mário Figueiredo, a Jacques Frémontier, “nas assembleias plenárias, a maioria esteve sempre ligada ao PS e ao PPD. Mesmo entre os jornalistas. Apenas somos maioritários nos técnicos dos estúdios”.<sup>106</sup>

Quanto à televisão, “os comunistas nunca foram mais do que um punhado: um realizador em dezasseis, um produtor em quarenta, cinco jornalistas em quarenta”,<sup>107</sup> sublinha o mesmo autor, para quem o assalto à informação pelos comunistas não passa de um mito. Ainda no que toca à rádio, há que referir o caso da “ocupação da Renascença”,

---

<sup>102</sup> No livro que se cita consta, por lapso, o nome PSD, que emendámos na citação uma vez que tal designação não existia ainda.

<sup>103</sup> Testemunho dado por Adelino Gomes durante o debate, *O 25 de Abril nos media internacionais*, cit. p. 214.

<sup>104</sup> Idem, p. 215.

<sup>105</sup> Idem, p. 214.

<sup>106</sup> FREMONTIER, Jacques – *op. cit.*, p. 138.

<sup>107</sup> Idem.

propriedade do Patriarcado de Lisboa, cujo processo terminou com o regresso do controle da emissora à respectiva administração.

Longe, ainda, da informação em tempo real das televisões que hoje vemos, a Rádio era, na altura o órgão de comunicação por excelência. Só assim se explica, de resto, que tenha sido a Rádio o primeiro órgão a ser ocupado e a servir de veículo às primeiras mensagens dos protagonistas da Revolução. E um ano depois de Abril de 1974 o panorama era o mesmo. A reportagem de Adelino Gomes sobre o 11 de Março de 1975, no RALIS, já então como jornalista da televisão, só foi emitida perto da meia-noite. “O filme durou horas a revelar e, antes de ir para o ar, visionaram-no numerosos militares. Era meia-noite quando a transmissão se efectuou. Doze horas depois do acontecimento que a justificava”.<sup>108</sup>

É, portanto, à luz da conjugação destes factores – pouca exposição dos cidadãos à imprensa e uma televisão ainda a viver no tempo do diferido – que “os media talvez tenham tido um poder diminuto de manipulação ou persuasão junto da opinião pública. Apesar disso, desempenharam um papel crucial, a diversos níveis, no decurso da revolução portuguesa”.<sup>109</sup>

Pimlott e Seaton realçam, desde logo, o papel da imprensa na comunicação “de instruções ou exortações dos líderes aos seguidores, quando era necessária uma reacção instantânea a um novo facto político. (...) A imprensa também se tornou veículo de avisos acerca de movimentações reais ou imaginárias, de modo a prevenir possíveis planos no interior da estrutura militar – especialmente durante o Outono anárquico de 1975”.<sup>110</sup>

Por outro lado, salientam os mesmos investigadores, “na confusa batalha de um combate anárquico, os media adquiriram ou construíram um papel simbólico crucial”.<sup>111</sup> Depois, “o controle sobre os media dava uma impressão de poder, quando as bases do poder eram por vezes pouco claras”,<sup>112</sup> na perspectiva de que esse poder adquirisse, através do espaço público que ocupava, uma legitimação que justificasse o exercício e o predomínio da sua visão da realidade.

Uma parte importante desse poder e dessa visão estiveram longe de se rever nos resultados das eleições de 1975. Mas isso pouco importava na sua estratégia de afirmação, uma vez que, como explicou José Saramago<sup>113</sup> a Jacques Frémontier, “estamos em plena luta de classes. É uma batalha de vida ou de morte entre eles e nós...”.<sup>114</sup>

---

<sup>108</sup> GOMES, Adelino – *op. cit.*, p. 217.

<sup>109</sup> PIMLOTT, Ben e SEATON, Jean – “Political power and portuguese media”. *Op. cit.*

<sup>110</sup> *Idem.*

<sup>111</sup> *Idem.*

<sup>112</sup> SEATON, Jean e PIMLOTT, Ben – “The portuguese media in transition”. *Cit.*, p. 113.

<sup>113</sup> José Saramago foi convidado para director-adjunto do *DN*, após o 11 de Março de 1975. Depois do 25 de Novembro teve de abandonar o cargo.

<sup>114</sup> FREMONTIER, Jacques – *op. cit.*, p. 135.